

GABRIEL LISBOA DA SILVA

NÁUFRAGOS E NAVEGANTES:
UMA INVESTIGAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE A CIBERINFÂNCIA

São Paulo

2022

GABRIEL LISBOA DA SILVA

NÁUFRAGOS E NAVEGANTES:
UMA INVESTIGAÇÃO PSICANALÍTICA SOBRE A CIBERINFÂNCIA

Trabalho complementar de curso apresentado à Faculdade de
Educação da USP para obtenção do título de licenciado em
Pedagogia

Linha de pesquisa: Psicanálise e Educação
Orientador: Prof. Dr. Douglas Emiliano Batista

São Paulo
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.047 Silva, Gabriel Lisboa da
S586n Náufragos e navegantes: uma investigação psicanalítica sobre a
ciberinfância / Gabriel Lisboa da Silva; orientação Douglas Emiliano Batista.
São Paulo: s.n., 2022.
31 p.

TCC (Trabalho complementar de curso) - - Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

1. Cibercultura 2. Infância 3. Psicanálise 4. Educação I. Batista, Douglas
Emiliano, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Douglas Emiliano Batista pela orientação paciente e apostila constante no nosso trabalho, por ter me convidado a me tornar outra pessoa e me endereçar ao mundo de uma forma que nunca sonhei.

Agradeço à Profa. Dra. Anete Abramowicz por ter levantado a bola para que eu pudesse sacar.

Agradeço ao Prof. Dr. Ocimar Alavarse por ter me ensinado de forma prática o que é um grupo de pesquisa.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Luiza Jesus da Costa por ter visto o brilho do desejo de pesquisar em meus olhos.

Agradeço à Universidade de São Paulo.

Agradeço aos discentes da FEUSP pela luta por cotas raciais e pelo Ex-ministro Fernando Haddad pela implementação de políticas que mudaram o curso da minha vida.

Agradeço à minha família, às minhas mães e ao meu pai.

Agradeço a todos aqueles que me educaram, com quem contraí uma dívida impagável.

Agradeço a Oxóssi e a todos meus ancestrais.

Dedicatória

Dedico este trabalho a Maria Lucia, Edson, Maria Lilia, Fabiana, Bárbara e a toda minha família.

Dedico este trabalho a Priscilla e Luiz.

Dedico a todos os meus ancestrais.

Dedico a todos os meus professores.

Resumo

Pretendemos refletir, a partir das implicações da relação do sujeito com a realidade virtual, sobre a possibilidade de propor uma leitura psicanalítica da posição ocupada por sujeitos na sua relação com as novas tecnologias cibernéticas.

Para tanto, mobilizamos um aparato conceitual freudolacaniano que, em interface com a educação, constituíram a base deste trabalho. Em outras palavras, visamos contribuir para compreensão dos desafios da subjetividade contemporânea. Nessa investida, buscamos por meio da psicanálise propor traços que singularizam a ciberinfância, sendo aqui compreendida como a infância em contato com as superfícies interativas e mediada pela internet, propondo reflexões teóricas que se inscrevem, como já afirmado, no campo da Psicanálise e Educação.

A proposta deste trabalho, portanto, é considerar aspectos expoentes da realidade virtual para conjecturar sobre as implicações deles na subjetividade contemporânea - sendo que, por hipótese, essa relação acirraria determinadas vicissitudes (subjetivas e sociais). Nessa empreitada, tentamos fazer uma leitura metafórica do sujeito como um navegante e da realidade virtual, ou das novas tecnologias cibernéticas, como um oceano.

Aproveitamo-nos do fenômeno já delineado por Dufour (2005) como dessimbolização - compreendido como o achatamento simbólico do sujeito - na pretensão de, a partir da ideia de uma manifestação cibernética do fenômeno proposto pelo autor que, por sua vez, compõe de forma particular a estruturação da ciberinfância e dos sujeitos que nesse contexto se constituem e com ele se relacionam. Também nos utilizamos do fenômeno da negação da diferença geracional que, segundo o mesmo autor, teria acontecido quando adultos, de alguma forma, deixaram de assumir a responsabilidade pelas crianças, abrindo mão de repassar a dívida simbólica que contraíram com a geração anterior - eximindo-se da responsabilidade pela educação de seus sucessores.

Dessa forma, damos continuidade à pesquisa realizada anteriormente, cujos resultados propõem que sujeitos oriundos de diferentes gerações são afetados de forma particular na sua relação com a realidade virtual, os caracterizando ou como cibernatos ou como cibernaturalizados. Propondo, por último, o que o consideramos como naufrágio e navegação da subjetividade no contexto da relação tríade sujeito-cibercultura-educação.

Palavras chave: cibercultura; infância, psicanálise, educação

Sumário

1. Introdução	8
2. Desenvolvimento	10
2.1. Quem te ensinou a nadar? Foi o tombo do navio ou foi o balanço do mar? - A constituição do sujeito	10
2.2. A canoa virou pois deixaram ela virar - Dessimbolização, negação geracional e terceiro parental	17
2.3. Mar, misterioso mar - Cibercultura	21
2.4. Caranguejo não é peixe - Cibernatos e cibernaturalizados	22
2.5. Náufragos e navegantes	24
3. Considerações finais	27

1. Introdução

No presente trabalho pretendemos nos debruçar sobre a relação entre sujeito e realidade virtual na tentativa de compreender, sob um viés psicanalítico em interface com a educação, que efeitos subjetivos e caminhos reflexivos podem ser traçados.

Tentando compreender melhor esta infância que bate à porta e que, melhor dizendo, nos notifica de que uma atualização está em curso. Essa atualização não se restringe mais aos equipamentos, *hardware*, ou programas, *software*, mas abarca os sujeitos e sua relação com o mundo.

Para subsidiar o nosso percurso teórico, realizamos pesquisa bibliográfica. O resultado deste trabalho provém de uma visão estereoscópica constituída, por um lado, da lente da psicanálise e, por outro, da lente da educação. Com essas lentes lemos os discursos contemporâneos para tentar compreender a subjetividade em sua relação com a cibercultura, com a finalidade de propor caminhos elucidativos ao longo do trabalho.

De saída, o debate acerca da relação entre sujeito e as novas tecnologias cibernéticas, a realidade virtual e a cibercultura, está atravessado por diferentes discursos. Há, portanto, discursos que defendem que essas tecnologias podem salvar o conhecimento e a educação, enquanto outros discursos prognosticam um apocalipse e o final de *um tempo*. Alguns enxergam, sobretudo, uma oportunidade de negócios e outros advertem que o barato do virtual custa caro para a realidade. Então, o que se pode dizer da tríade relação educação-sujeito-cibercultura?

O começo da resposta que encontramos está contida no trabalho de iniciação científica intitulado “Realidade virtual e ciberinfância: caminhos para a (des)constituição do sujeito”¹ que está se desdobrando no presente trabalho. É relevante ressaltar que a pesquisa anterior se iniciou antes do advento da pandemia, situação excepcional que fomentou os questionamentos acerca da cibercultura na medida em que, em poucos meses, instituições, serviços e a vida cotidiana se viram compulsoriamente “virtualizadas” em um curto período de tempo.

¹ O trabalho referido foi apresentado também na Jornada de Iniciação Científica da 73^a Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em 2021, resumo do qual extraímos os trechos. O trabalho foi concluído em 2020 e recebeu menção honrosa no 28º SIICUSP.

Com isso, queremos dizer que os últimos acontecimentos são co-responsáveis pela subida da maré virtual. E que a subida do nível desse mar, que explicita a imersão de cada vez mais estratos², instituições³ e sujeitos, justifica o presente trabalho e tornando necessária a nossa reflexão para tentar responder aos desafios da subjetividade contemporânea.

Nos três primeiros capítulos deste trabalho discorremos sobre as bases teóricas a partir das quais delineamos nossas indagações e através das quais retiramos subsídio para tentar respondê-las. Esta primeira parte se divide entre:

- 1) **A constituição do sujeito.** Sendo a premissa da qual partimos, tomando como referência uma das formas de se entender isso no campo freudolacaniano. Enfatizamos a importância do outro na constituição subjetiva, descrevendo de forma sucinta como o discurso do adulto é um farol, isto é, uma referência a partir da qual o sujeito se aproxima ou se distancia. Esse mesmo discurso é o que também lastreia a subjetividade e mostra como fazer uma primeira canoa, um primeiro discurso no qual a criança habita para, posteriormente, ser lançada ao mundo como sujeito.
- 2) **Dessimbolização, negação geracional e terceiro parental, para Dufour (2005).** Neste momento, retomamos alguns conceitos de Dufour (2005) acerca da dessimbolização, da negação da diferença geracional e da educação das crianças por aquilo que o autor chama de terceiro parental - a televisão -, propondo seus efeitos na função simbólica e no psíquico.
- 3) **Cibercultura.** Neste terceiro momento, discorremos brevemente sobre o termo cibercultura, em diálogo com Pierre Lévy (2009), contextualizando o uso que fazemos das definições que o autor propõe.

Nos dois últimos capítulos deste trabalho, retomamos brevemente ideias que resultaram do trabalho de iniciação científica que investigou, sobretudo, a constituição subjetiva na realidade virtual, especificamente os “sujeitos” possíveis

² Vide os dados da expansão do acesso à internet no Brasil nos últimos anos. “Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021” (BRASIL, 2022). Destacando o aumento do uso de celulares em detrimento do uso de aparelhos de televisão.

³ Na tentativa de responder à pandemia, o Governo do Estado de São Paulo criou o Centro de Mídias, cujo site expõe o *banner* “educação mediada pela tecnologia”. Se esse marco exemplifica o movimento que descrevemos de avanço da maré virtual nas instituições, não faltam exemplos semelhantes na digitalização de serviços - mercados, bancos, instituições que ofertam ensino aberto e à distância e/ou híbrido.

oriundas dessa condição. Em seguida, finalmente, propomos os conceitos que dão título a esta investigação.

- 4) **Cibernatos e cibernaturalizados.** Neste momento, retomamos os principais pontos da pesquisa que deu origem a esse trabalho, conceituando os sujeitos a partir de marcadores geracionais e seu contato com a cibercultura. Enfatizando as características que continuam presentes nas ideias de naufrágio e navegação dos sujeitos.
- 5) **Náufragos e navegantes.** Por último, vamos propor a leitura que fazemos das possibilidades discursivas, ou das posições subjetivas, diante da cibercultura.

2. Desenvolvimento

2.1. **Quem te ensinou a nadar? Foi o tombo do navio ou foi o balanço do mar? - A constituição do sujeito**

Do ponto de vista da psicanálise, o ser humano vem ao mundo sem saberes inatos que lhe possibilitem constituir-se por si próprio. Essa condição se deve à neotenia característica da situação humana quando se é um recém-nascido - o ser humano vem ao mundo mal-acabado. E se a biologia não dá conta, por si só, de constituir a subjetividade humana ou de permitir que o ser humano se reconheça como tal, é preciso que a chama prometeica lhe seja passada (Dufour, 2002). É necessário que uma experiência lhe atravesse ou que a ela o ser humano seja assujeitado: essa experiência é a educação.

Dessa forma, o ser humano, diferentemente dos animais marinhos, não nasce nadando e, nem tampouco, navegando. É preciso que isso lhe seja transmitido. Essa experiência pela qual o sujeito passa também se remete a *quem ensina*, ou pretende ensinar e que, simultaneamente, transmite marcas inconscientes - transmite um saber. A forma como esse saber aparece, ou como foi transmitido, provavelmente será esquecida e, talvez, será mitificada como um simples tombo do navio, ou como o balanço do mar - o balanço do colo daquele que cuidou do bebê. Por que a questão permanece, tanto na música quanto na vida - *quem te ensinou a nadar?*

Não é nossa pretensão definir ou mesmo suprimir a polissemia sobre o modo como se concebe a educação. A educação, no entanto, se dá em contato com o

outro. Essa relação com o outro funciona como um segundo parto do ser humano ao mundo, convidando-o a assujeitar-se, de início, para vir a ocupar o lugar de um sujeito em um momento posterior. Educação, dessa forma, não se restringe a um sentido escolar - embora a escola tenha um papel preponderante -, trata-se sobretudo de uma posição ocupada por alguém que se enuncia como adulto e que, a partir dessa posição, transmite inconscientemente um saber ao recém-chegado ao mundo - assumindo uma responsabilidade.

O recém nascido encontra-se em estado de necessidade, desamparado por nascimento. O bebê lança, a partir desse “mar de indiferenciação” (entre o eu e o outro, entre o eu e o mundo, etc.) um grito de clamor. Esse grito encontra um outro que resolverá o problema do bebê, satisfazendo sua primeira necessidade; a esse outro denominamos cuidador materno. Quando isto ocorre, instaura-se uma memória mítica: o sentimento de completude no qual aquilo que se ofereceu parecia ser *plenamente* o que se precisava. Em outras palavras, para sair do “mar de indiferenciação”, o bebê é recolhido, em um primeiro momento, na ilha simbólica do discurso do outro que, por sua vez, o fisga pouco a pouco. Quando o bebê morde a isca, quando responde ao gracejo do adulto com um sorriso, por exemplo, vai sendo fisgado para que, em um momento posterior, possa ser trazido para a terra firme.

Assim, cuidador materno satisfaz as necessidades do bebê, em alguma medida, convidando-o paulatinamente a fazer parte do mundo; além disso, este mesmo cuidador retira o sujeito de um *estado de desamparo* para colocá-lo às voltas com a *falta constitutiva*, com a aquilo que se sonha ter experimentado uma vez para nunca mais. Deste ponto em diante, o cuidador materno tentará satisfazer os choros posteriores na medida em que, supostamente, teria respondido ao primeiro - de forma plena. Entretanto, por conta da visão psicanalítica que caracteriza essa exposição, entendemos que entre uma resposta e outra, por parte do cuidador, cai um resto que se assenta naquilo que denominamos *inconsciente* (Lajonquiere, 1999).

O cuidador materno também dá ao bebê as referências primárias para sua localização no mundo, auxiliando no processo de “entender-se por gente” enquanto o “GPS” subjetivo ainda não se instalou, através de uma diferenciação discursiva e psíquica que permite a distinção entre eu/ele, meu/dele, aqui/lá, antes/depois. É existindo - inclusive antes do nascimento - no discurso do Outro, e sendo por ele interpelado, que a criança adquire um conjunto de funções simbólicas que estariam

inseridas em uma grande narrativa - que é o discurso do Outro - , entrando na cadeia da linguagem. E, a partir desse acesso (à simbolização), o mundo exterior passa a se tornar representável e pode ser convocado pelo discurso do “eu” (Dufour, 2005, p.129)

Aliás, é no estádio do espelho lacaniano que o sujeito é levado, pelas palavras do cuidador, a encontrar uma imagem (de si). Segundo Lajonquiére (1999), trata-se de um processo de identificação que possibilita ao sujeito funcionar como *Um* num sistema de intercâmbios com a mãe, o pai, ou simplesmente, os outros.

Essa formulação acontece em três tempos lógicos, em que um sucede o outro sem estarem ligados a uma expectativa ou ordenamento cronológico. O que importa, neste ponto, é que se constitua um *Eu* que se enuncie como *Um* diante dos outros.

Em um primeiro momento, a criança entende que essa imagem especular é uma outra pessoa - como quem vê alguém pela janela ou submerso no lago. A ideia de transitivismo normal, de Lacan, aparece para ilustrar essa “confusão” entre a criança e a outra pessoa, o que dificulta por sua vez, a compreensão inconsciente de que a imagem no espelho não se trata de um outro. “A criança que bate diz ter sido batida, aquela que vê alguém cair chora” (Lacan, 1948 apud Lajonquiére, 1999, p.165). Dessa forma, o que diz respeito a outrem, à terceira pessoa, ainda não aparece devidamente separado do que diz respeito a *si*, à primeira pessoa. Do mesmo modo, a imagem de si não se distingue do que seria a imagem de outro alguém.

Em um segundo momento, a criança percebe que aquilo que se reflete em superfícies espelhadas não é real, trata-se de uma representação. Nesse momento, a criança deixa de tentar *agarrar* a imagem (Lajonquiére, 1999, p. 165).

Em um terceiro e último momento, sintetizando os dois anteriores, a criança entende que a imagem não é uma representação alheia, mas uma representação de *si* - ou do *Moi*, como destaca o mesmo autor. Nesse terceiro momento o bebê “comemora com alegria o reconhecimento que faz de sua própria imagem refletida no espelho” (Lajonquiére, 1999, p. 165).

O estádio de espelho organiza o amontoado biológico em uma imagem cuja promessa seria tornar o sujeito mais um entre tantos. Essa promessa se assenta no discurso do outro, mais especificamente naquilo que ele diz que a criança é - dessa forma, cada palavra do cuidador admitida pela criança como parte da sua imagem a situa como alguém no mundo tendo diante de si um ideal para alcançar. A percepção

e delineamento dessa imagem “é acompanhada do assentimento do outro que reconhece como verdadeira” (Jorge, 2005, p.45).

Para essa conquista subjetiva, que possibilita a constituição de uma instância *eu* seja fundada, é fundamental que o cuidador seja revestido da função simbólica de fontanário das primeiras referências para que a criança possa vir a se entender por gente - que é um papel proeminentemente educativo. Metaforicamente, não basta que o tronco e madeira tenham vida, é necessário que alguém assuma o lugar de Gepeto, esculpindo uma imagem nele - ainda que (o boneco) não seja de verdade, ainda que não passe de um contorno rudimentar. Nesse sentido, a “vivência da unidade que bebê tem neste momento, com a obtenção de um contorno nítido e definido, estabelece a passagem da sensação de um *corpo espedaçado* (...) ao *corpo próprio*” (Jorge, 2005, p.45, destaque do autor).

Como pôde ser colocado, durante a breve alusão ao Estádio do Espelho, a relação entre bebê e cuidador materno é sobretudo uma alienação fundadora do *eu*. Ao mesmo tempo, essa relação se estabelece de tal forma que o bebê é (im)pulsionado a viver na medida em que tenta se ajustar às demandas do adulto - demandas, uma vez mais, necessárias para fazer o bebê ter uma primeira impressão do (e no) mundo. Então, a imagem especular do bebê criada pelo discurso do cuidador materno convida, em alguma medida, o bebê a ser “o bebê da mamãe”, isto é, ser precisamente aquilo que o cuidador pede - o tesouro, o precioso, o amor -, o objeto de desejo.

Com efeito, o estádio do espelho coloca a criança numa posição subjetiva na qual ela se reduz em um mero objeto de desejo materno; contudo a operação de castração corta, precisamente, esse vínculo incestuoso, “lançando” o “sujeito” como um *sujeito do desejo* além da cena edípica. (Lajonquiere, 1999, p.44-45)

O bebê parte de uma posição de indiferenciação em relação ao mundo para tentar ser tudo para o seu cuidador materno - caracterizando a alienação que constitui a primeira relação dele com alguém. Em um primeiro momento, cuidador materno e bebê são como rainha e rei.⁴

⁴ Como escreve Flávio Venturini (2003) em Céu de Santo Amaro: “Meu coração só quer bater por ti / eu me coloco em suas mãos / para sentir todo carinho que sonhei / nós somos rainha e rei”. Veja, o compositor sintetiza bem a situação da criança, o carinho com o qual o sujeito sonha é a memória mítica de completude. O coração da criança só bate pelo cuidador materno porque é este último que o impulsiona a viver. São como rainha e rei, uma relação dual que não estaria às voltas com qualquer sinal de interdição.

Essa investida do bebê é uma entrada no Simbólico que vai ganhando sentido a cada novo sentido “dado” pela ação e pelas palavras do outro. Lembremos, o cuidador materno é quem, estando assujeitado ao Outro, interpreta o choro como um pedido e logo se aproxima. Em seguida, esse mesmo cuidador materno atribui ao bebê dêiticos que o localizam no tempo e o delimitam no espaço além de conferir também adjetivos que o preenchem de um conteúdo imaginário.

A exemplo disso, uma frase simples endereçada a um bebê: “Quem é o bonitão? É você”. Em uma só frase, atribui-se ao bebê um pronome, um adjetivo, uma certa forma de ser em um determinado tempo presente - você (pronome) é (tempo verbal no presente) o bonitão (adjetivo). Essa frase atribui, através de significantes, uma porção de significado a um determinado pedaço do Real com a finalidade de mostrar ao bebê que existem palavras para dizer quem ele é e o que faz no mundo.

Através do “verbo” do Outro, é que o bebê sai da indiferenciação para começar a discernir águas de águas - com o auxílio dos dêiticos, diferencia águas *de cima* das águas *de baixo*. Essas palavras podem não ser definitivas e nem refletir, de fato, a realidade, mas é a ilusão da crença, por parte da criança, na imagem que o cuidador materno cria dela que a convida a dar os primeiros passos (ou braçadas) na linguagem - seja balbuciando, seja rindo, desde que esteja tentando responder àquilo o que está sendo pedido, desde um sorriso ao ato de evacuação, ainda que a resposta seja contrária à solicitação. Como o canto da sereia, as palavras do cuidador vão convidando a criança a se afogar em um ideal proeminente mente imaginário o qual pretende alcançar. Nas águas da ilusão, a criança é batizada para que possa receber um nome no ritual da civilização e reivindicar um lugar como sujeito.

E então, para que a função simbólica possa se instituir no bebê, é preciso que um terceiro interdite a relação dual de cuidador materno-filho. O bebê, que desejava ser aquilo que o cuidador materno demandava, percebe que não é bem assim: pois em algum momento o olhar do cuidador se desvia dele para um além e, seguindo a trajetória, o bebê se defronta com um terceiro que, por sua vez, tira dele a certeza de ser o *tudo* de alguém. Esse terceiro passa a ser o foco de atenção momentaneamente e, nesse imbróglio, o bebê começa a notar que nem tudo se trata dele. Que o mundo não gira em torno do seu choro, das suas solicitações. É quando o cuidador materno se mostra capturado pelo Outro que o poder de fazê-lo ir e vir

deixa as mãos da criança. De forma ilustrativa, o cuidador se mostra *offline* para o bebê. É como se o cuidador visualizasse a mensagem do bebê - o choro, a manha - mas não respondesse. O cuidador materno encontra-se fora de área, pois algo interfere na relação imaginária que fora estabelecida, uma instância maior.

Somam-se a essa exposição as hipóteses infantis sobre a universalidade do falo. A criança deverá supor que o cuidador materno, aquele que (quase) tudo lhe oferece, possui um falo. De fato, a partir da diferença sexual, em termos freudianos, todo o desenrolar do complexo de Édipo se dará em tempos ou momentos lógicos.

Partindo da premissa universal do pênis, a criança “não vê a vagina mas tão somente uma falta de pênis” (Lajonquiere, 1999, p.198). Isto posto, se a palavra paterna representa uma ameaça, a ausência de pênis na pessoa com vagina seria uma prova de que a castração é um “castigo possível”. Assim, a criança deverá renunciar ao amor que nutre pelo cuidador materno para fugir à castração. A aceitação da lei de proibição ao incesto pela criança lhe possibilitará sair do Édipo.

É necessário reforçar a ideia de que o falo não é apenas um órgão genital mas um objeto imaginário cuja suposta posse implica na suposição de completude. Ter um filho pode ser uma das modalidades de possuir um falo imaginário, ou apostar nesse filho, sob a égide de se estar protegendo a própria completude subjetiva. Nesse mesmo sentido, a castração da qual temos falado no texto é, antes de tudo, simbólica. É perceber que o falo que se julgava possuir, em verdade, não é *bem* isto, não é *bem* a completude, não é *bem* a parte que falta.⁵

A criança, por sua vez, em um segundo momento, vai compreendendo que nem é o falo, isto é, aquilo que falta à mãe, e nem o possui. Talvez seja o terceiro, o outro, que o tenha. O cuidador paterno, sob a figura do Outro, suscita a hipótese de que seria aquilo que satisfaz o cuidador materno - empêcendo a posição narcísica ocupada pela criança.

Em um terceiro momento, a criança perceberá que o cuidador paterno nem possui o falo e tampouco o é. O cuidador paterno, portanto, morre enquanto rival e a paternidade renasce sob a forma simbólica. O cuidador paterno, ou aquilo que essa

⁵ “A parte que falta” também intitula um livro infantil de Shel Silverstein (2018). É interessante como, no livro, a tal parte que, por um momento, parece ser *exatamente* aquilo de que o protagonista precisa para ser completo, em um momento subsequente é deixada cuidadosamente para trás. Em seguida, o protagonista se vê em um retorno ao passado com um objeto que não parecia ter sido sua completude. É como se a parte que falta não fosse aquele objeto que parecia encaixar, mesmo que tenha servido momentaneamente a esse propósito, mas que possa ter sido um objeto qualquer do qual o protagonista deixou de “aproveitar” no instante em que o possuía e só passou a considerá-lo quando se deu conta que o havia perdido.

função encarna, mostra-se assujeitado à Lei de proibição ao incesto: a criança pode vir a entender que a Lei a que ele está sujeito é, no limite, para todos. O Outro, que assujeita tanto pai quanto mãe, pode aparecer na figura de grandes narrativas, como veremos a seguir.

É a queda do discurso imaginário do cuidador materno - de completude por via da alienação - que possibilita a emergência do Simbólico, o qual, por sua vez, recorta o Real sem nunca representá-lo por completo. As investidas infantis em ideais imaginários evocados pelos cuidadores devem cair. A mesma corda que o cuidador materno usou para retirar a criança do desamparo, é a corda que a criança lança em um objetivo “além” para fugir da trama edípica: a linguagem. É com essa corda que o sujeito iça as velas da sua embarcação e vai tentando navegar - a madeira da sua embarcação provém da ilha do outro na qual cresceu e com essa madeira de Lei⁶ o sujeito lastreia o seu casco.

Nessa investida, a criança pode se apropriar de uma coragem que a impele a entender que navegar é necessário, ainda que viver não seja. Evidentemente, o sentido da frase de Pompeu, O Grande, “*Navigare necesse; vivere non est necesse*” diz respeito à necessidade da coragem do marinheiro ser maior do que sua vida. O sentido que propomos é que essa coragem nada tem de heróica ou de virtuosa. Propomos, dessa forma, que a coragem necessária seja a de assumir a responsabilidade no sentido arendtiano - isto é, a coragem de vir a se posicionar como adulto e ter um compromisso com a geração vindoura.

O que resulta dessa aposta, da tentativa de navegar - sobretudo em tempos do oceano do virtual - é a probabilidade de naufrágio. Veja, este naufrágio é contingente - faz parte das vicissitudes inerentes à constituição do sujeito. O movimento que ocorre já há algum tempo - e foi bem abordado por Dufour (2005) - é o de uma desimplicação - isto é, um naufrágio provocado e, até mesmo, premeditado. Disso trataremos mais adiante, utilizando das propostas do autor para compreender o que se oculta sob o oceano do virtual. Esse oceano, com lógicas e

⁶ A expressão popular madeira de lei geralmente é usada ao nos referirmos a móveis feitos de uma madeira considerada nobre, de grande durabilidade e alto valor. Nesse caso, o que sustenta esse lastro é a Lei, o Simbólico.

algoritmos⁷ que, com algoz-ritmo, arbitrariamente incute ao discurso contemporâneo que *naufragar é preciso, viver que não é*.

2.2. A canoa virou pois deixaram ela virar - Dessimbolização, negação geracional e terceiro parental

A figura do Outro já esteve encarnada sob os mais diversos discursos. A Igreja, o Rei, o Estado etc. suportaram por muitos séculos essa posição. É dessa forma que os limites subjetivos e o lastro simbólico estavam embasados em discursos provenientes de fontes externas à relação cuidador-criança as quais, por sua vez, estruturaram os limites dentro da própria relação - internalizando a Lei simbólica, a lei de proibição ao incesto, ditada pelo Outro. Para Dufour (2005), o Outro “suporta o que não podemos suportar, [...] ocupa lugar do terceiro que nos funda” (p. 38). Assim, o Outro nos esculpe pelas mãos dos nossos cuidadores, emprestando-nos uma estrutura subjetiva que *para em pé* ao custo do assujeitamento à Lei. Para jogar o jogo da linguagem é preciso aceitar suas regras.

Com a queda das grandes narrativas, ao longo do século XX, as circunstâncias discursivas aprofundaram as vicissitudes próprias da função simbólica e, com isto, o sujeito freudiano - proeminente neurótico pelo complexo de Édipo - se viu desapossado de um lugar próprio no mundo, abrindo espaço para o surgimento de um sujeito pós-moderno.

Esse processo se dá a partir do começo do século XX, como aponta Dufour (2005, pp. 12-13), desde o achatamento mercadológico do valor dos objetos de troca, como foi o caso do tratamento pronominal dos barcos ingleses - alterado de *she* para *it*. Então, uma embarcação denominada como “ela”, com nome feminino que poderia homenagear um parente, uma personagem, um ideia, passou a ser simplesmente “isso” - um objeto puramente inanimado, sem alma, pronto para ser passado adiante no mercado.

Esse movimento de dessimbolização desenraiza a implicação do sujeito com as referências culturais compartilhadas, com a alimentação, com o vestuário, etc. e com tudo aquilo que poderia configurar uma identificação, um lastro simbólico. Isto

⁷ Em matemática, os algoritmos são um conjunto limitado de regras para resolver determinado problema. No contexto das redes sociais, os algoritmos funcionam como a lógica por trás da escolha do que será ofertado para a pessoa através de publicidade ou mesmo o conteúdo de publicações escolhido pela inteligência artificial para se adequar ao perfil do usuário.

deixa o sujeito à mercê da globalização que, ao desterritorializar as referências culturais, as vende para quem queira e possa comprar (uma ideia, um objeto, uma forma de viver, uma dieta, etc.). Um exemplo disso é uma queixa recorrente, especialmente de jovens em redes sociais: eu nasci na época errada, eu nasci no país errado. Nessa queixa, jovens rechaçam os hábitos culturais e de consumo da sua região ou família e voltam-se em busca de um referencial que estaria “tradicamente” em outro lugar e que devem perseguir para encontrar sua identidade.

É como se o sujeito pós-moderno fosse um Ulisses sem uma Ítaca, sem ter um ponto de partida para onde quisesse voltar. Dessa situação, o Mercado aconselha o sujeito como o Gato de Cheshire aconselhou a Alice: “Se não sabe para onde ir, pouco importa que caminho tomar”. E, seguindo o mesmo movimento que ocorreu com as embarcações inglesas, as embarcações subjetivas vão também perdendo seu núcleo simbólico. Para explicar como isso se deu no passado e se aprofunda no presente, as ideias que Dufour (2005) propõe acerca de negação geracional, terceiro parental e dessimbolização desempenham um papel preponderante.

Os primeiros parágrafos dessa parte do trabalho já dão um contorno razoável do que entendemos por dessimbolização. Agora trataremos especificamente do movimento de negação geracional que, junto da ideia de terceiro parental, apontam um caminho explicativo para compreendermos *por que a canoa virou*.

Como discorremos anteriormente, para que o sujeito se constitua como tal é necessário que um outro se posicione como cuidador que desempenhe uma função educativa - que o ensine a nadar e a navegar, transmitindo-lhe referências mínimas para ser/estar no mundo.

Caminhamos com Dufour (2005), quando ele sobrevoa a teoria arendtiana para afirmar que é a responsabilidade sobre a geração vindoura que possibilita e dá subsídios para que um adulto tome para si os cuidados de uma criança.

A partir desse pressuposto, o autor problematiza o fenômeno da negação geracional, movimento no qual uma geração começa a se desimplicar, abrindo mão de desempenhar a função educativa sobre os que estão por vir e os que estão chegando - ou seja, sem o quê o adulto se desresponsabiliza pela criança, indo na contramão do postulado arendtiano.

O adulto, nesse movimento, permite que a educação da criança seja terceirizada por um ente que não necessariamente é alguém, mas algo que ocupa

essa posição ainda que seja incapaz de levar a cabo a introdução da criança ao mundo. Esse *algo* é a televisão, e a posição que ocupa é a de terceiro parental.

Nessa proposição, o autor faz uma leitura sobre os efeitos da expansão do acesso à televisão:

A inundação do espaço familiar por essa torneira sempre aberta de onde corre um fluxo ininterrupto de imagens não deixa de ter, evidentemente, efeitos consideráveis na formação do futuro sujeito falante. (...) Os mais agressivos publicitários entenderam perfeitamente que partido podiam tirar do desabamento pós-moderno de toda figura do Outro. (DUFOUR, 2005, p.121)

O autor expõe que, através da exploração da debilidade simbólica consequente do desabamento das figuras do Outro, das grandes narrativas, os publicitários vão se aproveitar do furo na canoa para fazer fluir para dentro do psíquico dos sujeitos as mercadorias. Essas mercadorias, nesse ponto de vista, funcionam como enxertos subjetivos que, supostamente, dariam conta de dar referências às crianças de modo que, por um lado, fossem adestradas para o consumo precoce e, por outro, fizessem-se por si próprias.

Ocorre que, com o declínio das grandes narrativas do grande Outro, o outro - o pai, a mãe, o educador - perderam um pé de apoio em seu discurso. Sendo mais difícil transmitir marcas com a palavra e com fio do discurso cuja lâmina era forjada pelos deuses, pelos reis ou pelos Estados, os adultos dão um passo para trás. Quem se arrisca a educar em um contexto em que todas as narrativas são pequenas, frequentemente, frágeis?

Assim, a educação das crianças, ou sua antropofeitura, será terceirizada para que mãos, supostamente mais competentes, possam levar a cabo essa empreitada. Nessa brecha, a mão invisível do Mercado coloca uma luva tecnológica e se torna a mão que balança o berço e que segura o remo.

A televisão vem ocupar uma posição que, estruturalmente, não poderia sequer ser cogitada - a de fazer a vez dos pais, dos adultos e, por conseguinte, dos educadores. Essa posição é denominada por Dufour (2005) de terceiro parental.

Para pensarmos nos efeitos psíquicos disso, continuamos na linha de raciocínio do autor, na qual diz que o aumento da exposição da criança à televisão significa menos tempo para a transmissão geracional - essa última feita através das

palavras do cuidador endereçadas à criança, em contraste com o discurso da televisivo “que se dirige a todos e ninguém em particular”. (Dufour, 2005,p.124)

Dessa forma, o autor ressalta que o uso da televisão e de tudo que transporta um aqui para um acolá e um acolá para aqui, afasta o domínio das categorias simbólicas (espaço, tempo, pessoa), podendo barrar as vias de acesso a esse mundo - desencadeando, nesse ínterim, confusões simbólicas. (Dufour, 2005, p.132-133).

As categorias simbólicas possibilitam que o sujeito saiba situar-se no mundo, através do discurso. Permite-nos explicar, *grosso modo*, como essas categorias funcionam: Na dimensão espacial, *aqui* se diferencia de *ali* - por exemplo, aqui em casa, lá na escola. Na dimensão temporal, *ontem* se diferencia de *hoje* e de *amanhã* - por exemplo, ontem comemos frango, hoje estamos comendo carne, amanhã comeremos peixe. Na dimensão da pessoa, diferencia-se *eu* de *você*, e *você* de *ele* - por exemplo, eu sou Maria, você é João, ele é Fabrício.

São justamente os efeitos causados pela confusão entre essas categorias, ou sua má fixação, que fazem a canoa virar - por causa dos adultos que não souberam remar e nem ensinaram a nadar. A demissão do adulto da posição de educar as crianças, quando muitos adultos deixaram sob a incumbência da televisão a fixação das categorias simbólicas de suas crianças, resultou na constituição de sujeitos com uma função simbólica empobrecida.

O sujeito constituído nesse contexto deve sofrer as inúmeras consequências psíquicas possíveis - sendo que algumas foram trazidas brevemente nesta parte do trabalho. Esse não ensinar (a nadar, a remar) deve ser lido, na perspectiva sobre a qual olhamos, como um não educar, um não se responsabilizar e, de modo mais grave, uma abdicação de posicionar-se como adulto.

Como um dos efeitos do empobrecimento simbólico, oriundo da dessimbolização, que parece enfraquecer o lastro subjetivo contemporâneo, ocorre a inflação de ideais acerca da criança e da infância. Esses ideais, sem perder de vista o papel desempenhado pela televisão como terceiro parental, são inflados de forma particular diante da cibercultura.

Para as crianças filhas da televisão e, nos dias de hoje, do computador e dos celulares, tanto se espera, quanto se constrói, uma nova criança no discurso. E, como já propunha Voltolini (2009), trata-se de uma criança-objeto. Esta concepção dialoga com o fenômeno descrito por Dufour (2005) que consiste em transformar

pessoas em coisas para que possam ser vendidas - o curso da dessimbolização, sobre a qual falamos até o momento. Assim, Voltolini (2009) se utiliza do filme Inteligência Artificial (2001), que trata de uma saga pinoquiana de um robô que quer ser de verdade, para sintetizar o discurso que fomenta a idealização da criança enquanto objeto do neoliberalismo.

A "criança-objeto pronta para uma mãe", fabricada pela ciência sem a intervenção do pai, não chega a ser um produto estranho ao nosso tempo. (...) Construída no entrecruzamento dos vários saberes científicos é como objeto que ela tomará sua forma e povoará o imaginário de todos aqueles que lidam com as crianças. (Voltolini, 2009)

Essa criança-robô retrata bem o que alguns esperam da relação entre ciber e infância. É como se o ciber automatizasse a infância para que as crianças que nela vivem pudessem crescer por conta própria. Assim, *uma* criança qualquer deve se tornar 'A' criança ideal, isto é, um ciborgue ou um robô que seja capaz de abrir mão da educação para autoengendrar-se - o que distancia *uma* criança desse ideal é questão de adaptação da metodologia da escola, dos medicamentos receitados pelo pediatra, dos acompanhamentos psicopedagógicos, de qualquer sorte de artifício que possibilite que o adulto lave suas mãos.

Dito de outra forma, quando *uma* criança tira notas baixas, é colocada abaixo da média em relação 'À' criança; quando *uma* criança está mais agitada, é considerada hiperativa em relação 'À' criança.

Na busca por se adequar a esses ideais, as crianças vão deixando para trás o mar da indiferença e os espelhos d'água para vir a conquistar sua posição no navio subjetivo.

Se o mar de indiferenciação diz respeito à situação na qual o bebê se encontra quando chega ao mundo, o mar de indiferença seria a criança deixada à deriva e sem vento, sem que alguém o (im)pulsione a algum destino. Um exemplo concreto dessa indiferença se expressa na frase "eu não espero nada do meu filho, só desejo que ele seja feliz". Isto é, os sujeitos são lançados sem mapa do tesouro, sem saber o que encontrar na ilha - desde que encontrem.

Colocadas nessas condições, conforme pudemos expor, crianças se tornam hábeis consumidoras de objetos e de kits identificatórios - referências pasteurizadas com marcadores simbólicos deformados - que fazem com que, em alguma medida, seja possível que se sintam *alguém* com alguma *identificação* em algum *lugar* - até

que sejam convidadas a trocar de pele e se adaptar a um novo kit, um novo grupo, uma nova onda, uma nova moda.

2.3. Mar, misterioso mar - Cibercultura

Em linhas gerais, pensamos a cibercultura a partir da discussão proposta por Lévy (2009) em Cibercultura, obra na qual se dedica ao pensamento desse fenômeno de um ponto de vista otimista, por um lado, e crítico, por outro, no que tange aos discursos pouco elaborados que colocam a sociedade e seus indivíduos como *impactados* pela expansão tecnológica de forma uniforme e passiva. Dessa obra utilizamos mais as definições, que constituem sua primeira parte, do que as proposições, sua segunda parte e surfamos, ainda que indiretamente, na onda da terceira parte, na qual o autor evoca problemas.

Os termo realidade virtual, cibertecnologias ou tecnologias cibernéticas aparecem como sinônimos de cibercultura, tanto neste trabalho quanto no trabalho ao qual fazemos referência. Isto porque, a partir da leitura de Lévy (2009), o conceito de cibercultura como uma palavra coringa que traduz, a um só tempo, tanto o instrumento do qual falamos (tablet, computador, celular) quanto a relação de uso cotidiano dele por parte dos sujeitos. Ao mesmo tempo, a cibercultura, como aparece na obra do autor, é colocada na sua relação com algum campo da sociedade - por exemplo, cibercultura e comunicação, cibercultura e escola - para que se possa refletir sobre algo *sem* cibertecnologias e algo *com* cibertecnologias. Lévy (2009) propõe que leiamos a expansão das novas tecnologias como um dilúvio.

A partir dessa leitura que o autor faz da expansão das cibertecnologias, isto é, um dilúvio, propomos a interpretação de que o “mundo virtual”, o ciberespaço e o que nele está contido, ou conectado, constituem um mar misterioso a ser descoberto. Assim como banhistas, surfistas ou mesmo aqueles que se locomovem em barcos, fazemos um uso e temos uma visão superficial desse mar. Nesse sentido, ignoramos a complexidade dos algoritmos como quem desconhece o ritmo das marés e a direção das correntes. Diante da internet somos marinheiros de primeira viagem que, com muita sorte, têm algum substrato de conhecimento da ferramenta e algum verniz simbólico que permita a travessia subjetiva pela internet.

2.4. Caranguejo não é peixe - Cibernatos e cibernalizados

Retomaremos, aqui, os conceitos propostos na investigação que realizamos em um trabalho de iniciação científica “Realidade virtual e ciberinfância: caminhos para a (des)constituição do sujeito”, anteriormente citado, assim, poderemos prosseguir para as considerações específicas deste trabalho.

Naquele contexto, foi proposta a distinção de pelo menos dois sujeitos que, separados pela marca da diferença geracional, relacionam-se com a cibercultura de forma singular. É por isso que, dizemos no título deste capítulo, *caranguejo não é peixe*, exceto na enchente da maré - então, caranguejos se tornam peixes com a advento da maré virtual. Assim, temos o cibernato - o peixe, e o cibernalizado, o caranguejo.

De um lado, o cibernato, que é “criança da cibercultura, [...] na medida em que nasceu e cresceu sob influência e constante contato com as superfícies interativas, com o consumo através da realidade virtual e com a internet” (SILVA, 2021).

De outro lado, o cibernalizado, sendo “aquele que nasceu em condições sem imersão nas novas cibertecnologias, tendo contato com elas em um momento posterior [...] embora possa ter tido acesso à televisão [que atuou] como terceiro parental” (SILVA, 2021).

A esse último sujeito, o cibernalizado, cabe pontuar que, a despeito de sua relação de *outsider* da vida cibernética, foram sujeitos dessa categoria que, por motivações cujo pano de fundo é mercantil e tecnologizado, aperfeiçoaram os mecanismos da cibercultura - aprofundando características que foram próprias da sua própria relação com a televisão. A respeito disso, retomaremos ainda neste trabalho a ideia de terceiro parental proposta por Dufour (2005) que, por sua vez, serviu de ponto de partida para nossa investigação psicanalítica tanto no referido trabalho quanto na presente discussão.

A investigação que deu origem aos dois sujeitos descritos, marcados a partir de sua origem geracional, desembocou também em duas diferentes formas de lidar com a cibercultura. Essas formas estão, até certo ponto, relacionadas com a educação - que aqui é designada a introdução dos recém chegados a um mundo que existia antes deles. Mas os efeitos subjetivos e as características desses caminhos extrapolam o âmbito da educação nos termos em que acabamos de

sintetizar, pois tanto os nascidos quanto os resgatados e acolhidos pela realidade virtual podem seguir qualquer uma das rotas.

Assim sendo, num primeiro momento havíamos dado nome aos sujeitos. Propomos, naquele trabalho, diferenciar cibernatos e cibernaturalizados tendo como critério sua origem geracional, de forma mais genérica - discriminando-os em relação ao acesso que tiveram as cibertecnologias, em suas respectivas épocas, assinalando como essas tecnologias apareciam na oferta de serviços e nos discursos, fossem estes midiáticos, políticos, mercantis, etc. -, e os efeitos dessa origem em sua constituição psíquica, mais precisamente sua simbolização.

Esta última distinção, que se debruça sobre a constituição da *função simbólica*, é a principal característica da nossa investigação psicanalítica, dentro da qual lemos os discursos divulgados nas mídias, nas instituições (educacionais, religiosas, no senso comum, na publicidade), nas redes sociais e outras possíveis formas pelas quais nos chegam. Dessa forma fizemos uma leitura freudolacaniana orientando-nos, em grande parte, pelas propostas de Dufour (2005), especificamente através da releitura do que o autor chama de dessimbolização.

Delineamos pelo menos dois caminhos para estes sujeitos: o caminho do naufrágio e o caminho da navegação: O primeiro caminho resulta em uma forma narcísica e autorreferenciada com a qual se pode lidar com redes sociais cujos algoritmos criam fluxos em bolhas narcísicas, jogos eletrônicos que se apoiam na lógica da customização, da repetição de mais do mesmo, e a vasta gama de aplicativos de autogestão. Essa situação condiciona o naufrago virtual a um universo fantasioso e excessivamente imaginário que tenta realizar (ou pelo menos vender) a ideia de que o autoengendramento [do indivíduo self made] deu certo. O segundo caminho, da navegação, pode ser caracterizado pela tentativa de furar as bolhas virtuais, navegando contra as correntes algorítmicas – quando o sujeito tenta reconhecer o valor da alteridade ao fugir das armadilhas de customização de conteúdos virtuais ou mesmo de grupos de redes sociais, entre outras armadilhas. (SILVA, 2021)

Nessa investida, encontramos caminhos possíveis e destinos prováveis que marcam de forma particular a constituição do sujeito e a sua relação com o mundo.

2.5. Náufragos e navegantes

Se a relação do sujeito, seja ele cibernato ou cibernaturalizado, com as cibertecnologias aprofunda a dessimbolização proposta por Dufour (2005), ela o faz a partir de mecanismos próprios.

Dentre os mecanismos que induzem e operam o naufrágio do sujeito destacamos o algoritmo das correntes cibernéticas. É o algoritmo que a partir de uma inteligência artificial vai modulando as informações midiáticas, de redes sociais e de mercadorias que chegam às telas.

Para a subjetividade esse fenômeno resulta em algumas consequências. Essas consequências se dão sobretudo pela forma como a relação entre sujeito e mundo virtual vai sendo constantemente deformada para oferecer, supostamente, exatamente aquilo de que necessita.

O náufrago é um sujeito isolado na medida em que acessa, no mundo cibernético, produtos, serviços, notícias e, em outras palavras, discursos que lhe convém e aos quais não só adere como, principalmente, os compra - para a alegria do Mercado.

Assim, a polarização política, o estabelecimento de bolhas virtuais, de consumo de produtos ou serviços, a super deformação da percepção da realidade são efeitos psíquicos da subjetividade em sua relação mediada e “teleguiada” pelas correntes do oceano do virtual.

Lembremo-nos, estamos falando de sujeitos cuja função simbólica está mal fixada por conta do processo de dessimbolização:

No caso dos cibernaturalizados, trata-se de sujeitos que foram levados a fazerem-se em parte por si próprios e em parte pelo discurso televisivo - por consequência da negação geracional dos adultos que os antecederam, e da qual padeceram.

No caso dos cibernatos, os fenômenos acima descritos se repetem até certo ponto mas, a partir do que propomos, aprofundam-se ainda mais. Essa intensificação dos efeitos da dessimbolização, que leva a uma tentativa mais desesperada para autofundarem-se, acontece por uma distinção entre o que a televisão fez como terceiro parental e o que a internet e toda sorte de superfícies interativas podem fazer.

Se pudéssemos nos utilizar de uma imagem, é como se enquanto televisão (que não é *smart*⁸) é uma janela - pela qual entram imagens do mundo externo -, as superfícies interativas são uma porta aberta pela qual o sujeito não só recebe visitas como também sai para um mundo que o algoritmo preparou para ele, no qual não deverá tensionar seu *eu* com uma alteridade - situação em que estará menos às

⁸ Isto é, inteligente ou interativa.

voltas com a castração simbólica, com a necessidade de fazer concessões, já que pode viver como Peter Pan em sua própria Terra do Nunca virtual, sem crescer (ou se tornar adulto) e sem se responsabilizar por suas ações.

Em outras palavras, os mecanismos e fenômenos descritos por Dufour (2005) aprofundados pela cibercultura impulsionam a subjetividade a um naufrágio ou uma dessimbolização ainda mais profunda.

Ainda nessa perspectiva, a posição de naufrago - isolado da alteridade, autocentrado, autoengendrado e simbolicamente empobrecido - corresponde, ao nosso ver, o despontar de discursos contemporâneos que compartilham, em sua essência, a desimplicação com o outro e com aquilo que é diferente. Um exemplo desses discursos é a proposta do *homeschooling* - que propõe uma educação feita em casa sem o confronto com a alteridade que seria, por sua vez, o contato da criança com a escola enquanto lugar cheio de outros.

As correntes virtuais também provocam naufrágios na medida em que levam os sujeitos que delas se utilizam a terem acesso a discursos isolados, participando de circuitos fechados de informações, notícias, produtos, kits identificatórios. Evidentemente, esses circuitos são fechados para que possam ser palatáveis ao consumidor que tenta se autoengendar. Em verdade, estão abertos para negócios para qualquer um que esteja disposto e com possibilidades de comprá-lo.

Assim, para não dizer que o sujeito fica isolado em sua própria ilha, no mundo virtual, as propagandas e o algoritmo o convidam a navegar pelo arquipélago mais próximo de grupos - como os que existem nas redes sociais - que levam à adesão a clubes de assinatura - que podem emprestar a sensação de pertencimento ou de identificação. Esse mecanismo que opera pela manutenção do naufrágio relembraria a reflexão que Dufour (2005) faz sobre os *bandos*:

Podemos identificar várias tendências, muito “lógicas”, que visam remediar a carência do Outro. Esses diferentes meios são amplamente experimentados pelos novos sujeitos das sociedades pós-modernas.

A primeira tendência se encarna no bando. Quando o Outro falta e não se pode enfrentar sozinho a autonomia ou a autofundação requeridas, pode-se sempre tentar enfrentá-las a vários. [...]

O bando possui um nome coletivo usado por cada um no exterior. Ele possui sua assinatura, sua sigla, seu tag, que marca e delimita seu território. (Dufour, 2005, p. 110-111).

Ao analisarmos os termos *sigla*, *assinatura* e *tag*, podemos nos remeter às ofertas de clubes de assinaturas que despontam no mercado cibernético. Os clubes oferecem um produto o qual está associado a uma experiência que, na ampla maioria de seus discursos, reverberam na subjetividade do consumidor: produzem a sensação de pertencimento e identificação⁹, por exemplo. Esses clubes são ilhas que possibilitam o naufrago conhecer as ilhas mais próximas, navegando dentro de um arquipélago isolado - sendo levado mais pelas correntes mercantis do algoritmo do que pela força de suas braçadas ou por seu próprio remo. Este é apenas um exemplo sobre o qual escolhemos discorrer a partir da leitura que fazemos do naufrágio cibernético.

A navegação, por sua vez, é possível quando o sujeito se apega às poucas referências que possui, se desapegando da tentativa de autoengendrar-se, para ir ao encontro do outro. O navegante busca justamente burlar o algoritmo para que este lhe ofereça os mais diferentes caminhos, discursos e produtos. Isto porque o interesse do navegante é conhecer o “desconhecido” mais do que se reconhecer de forma narcisista em um leque predeterminado de produtos e serviços. O navegante é um *internet explorer*¹⁰ - um explorador da internet.

Uma educação que possibilite a navegação depende, indubitavelmente, do posicionamento de adultos de forma responsável. Essa empreitada deve lastrear o simbólico das crianças, e dos sujeitos no geral, a ponto de tentarem transmitir alguma referência às crianças antes que elas a busquem por conta própria no oceano virtual.

É primeiramente dar referências simbólicas da realidade socialmente compartilhada para as crianças antes que essas pseudoreferências sejam dadas pelos comerciais das redes sociais, das plataformas de mídia e pelos jogos virtuais, por exemplo.

Dessa forma, na leitura psicanalítica que fazemos, é mais provável que o sujeito não naufrague, pois está disposto, em alguma medida, a arriscar a si próprio para ir ao encontro do discurso do Outro. E, na medida em que reconhece no

⁹ A precarização simbólica da identificação vertical dos filhos aos pais é supostamente compensada por uma identificação imaginária com os pares, identificação que, nesse caso, é horizontal.

¹⁰ Remetendo-nos ao nome de um dos navegadores web mais antigos que teve vigência de 1995-2022, criado pela Microsoft.

outro, na alteridade, um caminho que não implica em uma “perda de si” mas um ganho para o simbólico.

O sujeito navegante não é levado pelo algoritmo como um naufrago que, em sua vez, padece em uma jangada na esperança de ser levado a uma terra habitada. O navegante deseja navegar, e se posiciona como sujeito, reconhecendo na alteridade uma importância.

Em contrapartida, o adulto que se abstém de “apostar” nas crianças de tal modo que tente transmiti-las algum saber, provoca o naufrágio. Adultos que, em outras palavras, atualizam a negação geracional e permitem o aprofundamento da dessimbolização, são adultos que, além de naufragar no próprio navio, sabotam a possibilidade que as crianças teriam de aprender a navegar.

3. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos investigar a articulação entre sujeito-cibercultura-educação a partir de um olhar psicanalítico. Nesse percurso, retomamos as bases teóricas freudolacanianas sobre a constituição do sujeito, as problemáticas levantadas pelo autor Dufour (2005) acerca da subjetividade contemporânea - tratando, sobretudo, da dessimbolização, da negação geracional e do terceiro parental. Além disso, apresentamos brevemente algumas ideias propostas por Pierre Lévy (2009) na leitura que faz da cibercultura.

Em seguida, resgatamos alguns resultados da pesquisa que antecedeu e que deu origem ao presente trabalho, explicamos os conceitos de cibernato e cibernaturalizado.

Por último, fizemos a leitura de caminhos possíveis e prováveis que o sujeito é levado a tomar quando se relaciona com o mundo cibernetico. Primeiramente, descrevemos o que entendemos como típico de um naufrágio subjetivo. Por último, propusemos algumas possibilidades de navegação e de posicionamento do sujeito diante dos desafios que a relação com o ciberespaço engendra.

Assim, a releitura metafórica que fizemos explicitou como um posicionamento autorreferenciado, sobretudo de um sujeito anteriormente dessimbolizado, leva no mais das vezes naufrágio subjetivo. O que se desdobra em perguntas sobre quais seriam outras armadilhas para a subjetividade no contexto virtual.

A navegação, que também propomos, aparece como uma posição resistente tanto à dessimbolização, em alguma medida, quanto ao naufrágio em si. É tentando navegar que o sujeito lança mão daquilo que tem de simbólico, na tentativa de usar como bússola e não se deixar levar pela corrente dos algoritmos. Em outras palavras, dizemos que o navegante não aceita ser tragado pelas marés e, em vez disso, nada contra a corrente.

A partir deste trabalho, podemos lançar outras questões, sejam específicas para cada sujeito que abordamos (cibernato e cibernaturalizado), sejam tensionamentos entre os caminhos (entre naufrágio e navegação). Além disso, é possível concluir que as contribuições de Dufour (2005) além de atualíssimas dão pistas sobre um futuro desafiador para subjetividade, para a educação e para transmissão cultural.

Referências

- ARENDT, H. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014. [1972]
- BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, jan./abr. 2002.
- BRASIL. Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. Brasília, 2022.
- CALLIGARIS, Contardo. A adolescência como ideal cultural. In: A Adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.
- DOR, J. A introdução à leitura de Lacan. O inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- DUARTE, Rodrigo. Teoria crítica da indústria cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- DUFOUR, D. A arte de reduzir as cabeças. Trad. Sandra Regina Felgueiras. São Paulo: Companhia de Freud, 2005.
- DUFOUR, Dany-Robert. A existência de deus comprovada por um filósofo ateu. tradução Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, [1905] 2015. (Obras Completas, v. 6, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In_____. Escritos. São Paulo: Perspectiva, [1957] 2001.
- _____. O esclarecimento sexual das crianças. São Paulo: Companhia das Letras, [1908] 2016.
- (Obras Completas, v. 8, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. Sobre as teorias sexuais infantis. São Paulo: Companhia das Letras, [1908] 2016. (Obras Completas, v. 8, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. Sobre a psicologia do colegial. Companhia das Letras, [1914] 2012.
- (Obras Completas, v. 9, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. A dissolução do complexo de Édipo. São Paulo: Companhia das Letras, [1924] 2011. (Obras Completas, v. 16, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. Mal-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, [1930] 2010. (Obras Completas, v. 18, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- _____. Novas conferências introdutórias à Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, [1933] 2016. (Obras Completas, v. 18, 1a ed., tradução Paulo César de Souza).
- Conferência 31. A dissecação da personalidade psíquica
 - Conferência 33. A feminilidade
 - Conferência 34. Esclarecimentos, explicações, orientações
 - Conferência 35. Acerca de uma visão de mundo.
- _____. (1920). Além do Princípio de Prazer. In: FREUD, S. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 123-198.
- Luto e melancolia: Sigmund Freud. São Paulo: Cosac Naify, 2013. (Textos: Maria Rita Kehl, Modesto Carone. Tradução, introdução e notas: Marilene Carone.)
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. A travessia da fantasia na neurose e na perversão. Estud. psicanal., Belo Horizonte, n. 29, p. 29-37, set. 2006.
- KUPFER, M. C. (1997). Freud: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione.
- LACAN, J. Função e campo a palavra e da linguagem em psicanálise. In_____. Escritos. São Paulo: Perspectiva, [1953] 2001.
- LACAN, J. Livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- LAJONQUIÈRE, L. De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens: a (psico)pedagogia entre o conhecimento e o sabe. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LAJONQUIÈRE, L. Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999.
- LEBRUN, Jean-Pierre. Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura.. São Paulo: Editora 34, 2009. (Trad. Carlos Irineu da Costa)
- LÉVY, Piérre. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 2007. (Trad. Paulo Neves)
- MANNONI, M. Uma educação pervertida. In: Educação impossível. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- MILLOT, C. Freud antipedagogo. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RUFFINO, Rodolpho. A adolescência e o declínio da função social da imago paterna. In: Textura Revista de Psicanálise. 5. ed., n. 5, 2005.
- SILVA, Gabriel L. Realidade Virtual e Ciberinfância: Caminhos Para A (Des)Constituição Do Sujeito. In: 73ª Reunião Anual da SBPC. (documento eletrônico). 2021. Disponível em https://reunioes.sbpcnet.org.br/73RA/inscritos/resumos/10230_157aeee35c98205091e18d1140e9f38cf.pdf
- VOLTOLINI, Rinaldo. A escola e os profissionais d'A criança.. In: Formação de profissionais e a criança-sujeito, 7., 2008, São Paulo.
- VOLTOLINI, R. Educação e Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- ZIZEK, Slavoj. What can psychoanalysis tell us about cyberspace? [O que a psicanálise pode nos dizer sobre o ciberespaço?]. The Psychoanalytic Review [A Revista Psicanalítica], New York, vol. 91, no. 6, p. 801-830, 2004.